



# ASPIUFF

10 anos Maio 2003 - Ano XI - N°4

## E AGORA?

O deputado Ricardo Barros (PPB-PR) uma vez ironizou: “Estou louco para votar com o PT a contribuição dos inativos...” (*O Globo*, 2/1/03, p. 21). Agora, seu desejo não está tão absurdo, como pensamos na época: ele foi um bom julgador. Ao que parece, nossa esperança e nossos votos, que foram dados para o Lula, esbarraram no presidente Luís Inácio da Silva. O Lula, eleito, na campanha eleitoral tranqüilizou a uns prometendo respeitar os compromissos internacionais e contratos assumidos pelo governo FHC; deu esperanças a outros, através de sua história na oposição e do programa histórico do seu partido. Lula foi depositário das esperanças dos brasileiros descontentes com o modelo econômico vigente, entre eles os aposentados e pensionistas do serviço público.

Agora, o que temos: empossado, o presidente Luís Inácio da Silva cola-se na agenda do governo anterior, dando-lhe continuidade, assumindo o mesmo discurso e demonizando as mesmas categorias sociais e profissionais. A banca internacional aplaude, alegremente anuncia-se que “o risco Brasil” diminuiu, as “reformas” recusadas no governo anterior, com seus itens inconstitucionais, passam a ter maior chance de serem aprovadas com um presidente com “carisma”.

Continua-se a ver os servidores públicos como privilegiados, como causadores das dificuldades fiscais por que passa o Brasil (Prof. Mário Luiz Alves, diretor da ANDES, *Jornal da ADUFF*, março de 2003). Defende-se o projeto de lei do governo FHC (PL 09/99) que acaba com a aposentadoria integral e introduz a previdência complementar privada no regime do funcionalismo. Este regime é um pitéu para o setor financeiro, especialmente as seguradoras, mas face a alguns resultados em países em que foi adotado na América Latina, não é o mais adequado para garantir o nível de vida dos aposentados. Tal projeto é repudiado pelo funcionalismo, mas seus protestos não têm encontrado eco.

O governo Luís Inácio da Silva implementa, entre outras medidas e pactos previstos que acabarão retirando direitos do trabalhador, a reforma da previdência onde decidiu incluir a taxaço dos inativos, mobilizando-se para vencer a “questão legal” (diríamos constitucional). O deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ), da base governista, reconhece que esta medida foi incluída porque garante resultados financeiros de impacto nos próximos quatro anos do governo do Sr. Luís Inácio da Silva e dos atuais governadores (*O Globo*, 20/4/03, p. 2): logo, a taxaço é para os atuais inativos, em que pese as afirmativas de que os direitos adquiridos serão respeitados.

A propaganda continua a querer nos passar a idéia de que isto é o mais democrático, mas quem foi ouvido? Os governadores. A direção executiva da Central Única dos Trabalhadores (CUT) torna público o que muitos sentem: “Até agora podemos constatar a inexistência de um projeto claro para estimular o debate público sobre as diferentes reformas tidas como prioritárias. Tal aspecto tem causado tensão e descompasso no debate entre governo, trabalhadores e outros setores da sociedade (*O Globo*, 17/3/03, p. 3). Também mostra que há um fosso entre a grande votação dada a Lula e as políticas implementadas agora; o que se descortina no horizonte é a continuidade do mesmo modelo econômico e social.

Da mesma maneira que a “Comunidade Solidária” anterior, tenta-se jogar um véu de fumaça sobre medidas tão injustas, como a fixação de alíquota zero para os produtos da cesta básica. Na reunião com os governadores, prevendo a resistência, (Continua na p. 2)

# Notícias

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO  
DOS PROFESSORES INATIVOS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

## E AGORA? (Continuação)

ameaçou colocar a sociedade contra os servidores públicos (*O Globo*, 23/2/03, p.3). No mesmo jornal vemos José Dirceu afirmando que o presidente Luís Inácio da Silva defenderá as propostas mais amargas ( pergunta-se: amargas para quem?) e não “fugirá de suas responsabilidades”. Já temos alguns resultados: as perdas salariais acumuladas pelos servidores foram respondidas com um “reajuste” de 1%, no momento em que os preços administrados pelo governo aumentaram sensivelmente. O reajuste do salário mínimo foi, no mínimo, decepcionante tendo em vista a campanha eleitoral.

As vozes daqueles que, dentro do PT, se levantam contra a incoerência dessas medidas face ao programa, tradição, postura ideológica do partido são desqualificadas como de “radicais”, de “esquerdistas”, que devem ser enquadrados, silenciados, punidos ou expulsos. A Sr<sup>a</sup> Marta Suplicy diz que o partido tem que ir às últimas conseqüências para enquadrar “as correntes de esquerda” (*O Globo*, 17/3/03, p. 3).

Os tempos de oposição, da crítica ao modelo econômico, os projetos, os discursos de campanha acabaram por ser classificados, admitidos pelo Sr. Luís Inácio da Silva, como “bravatas”. Pergunta-se: foi sobre isso que se assentou a esperança de milhões de brasileiros que votaram no Lula? E para onde vai a nossa esperança? Frustrada, ela dará lugar a quê? Por enquanto, à incerteza e ao medo. E depois? Ainda tenho fé, e me resta a esperança de que os rumos possam ser corrigidos. Para isso reitero o que já foi dito em outro boletim “... é preciso que não nos desmobilizemos. É preciso continuarmos atentos, para que nossos direitos não sejam atacados, para que nosso padrão de vida não seja ainda mais afetado. Ajudaremos muito a nós e ao novo governo se nos mantivermos mobilizados: a nossa responsabilidade não se encerrou na ida às urnas. Ela é maior agora.” ■

---

## Estatuto da Cidade é debatido em plenário

De norte a sul do país, municípios já aceitaram o desafio de cumprir e implementar as diretrizes e determinações previstas no Estatuto. Porém, o Distrito Federal ainda engatinha quando o assunto é a nova lei. A audiência pública realizada em 27 de março serviu para dar o pontapé inicial nos debates.

O Estatuto reacende o sonho da transformação das cidades brasileiras em lugares de igualdade, solidariedade, justiça social e beleza. Muitas cidades hoje são o retrato da trágica concentração da renda nacional.

Quatro em cada cinco brasileiros moram em locais que enfrentam altos níveis de violência, precariedade de moradia, ineficiência dos sistemas de educação, saúde, transporte e saneamento, além de desemprego.

A deputada Arlete Sampaio espera que do encontro possam sair propostas para Brasília. Durante duas horas, os participantes discutiram sobre ordenamento urbano das cidades e a aplicação da legislação em vigor.

O evento teve a participação de representantes do governo federal, parlamentares, promotores, procuradores, professores universitários, arquitetos, urbanistas, geógrafos, advogados, ambientalistas, associações de moradores e conselhos comunitários.

\*Publicado no *Boletim de Liderança do PT*, de 7/4/2003.

## Qual a origem dos nomes dos estados brasileiros?\*

Franklin Lincoln Ferreira

**Amapá** – a origem desse nome é controversa. Na língua tupi, o nome Amapá significa “o lugar da chuva” – “ama” (chuva) e “paba” (lugar, estância morada). A tradição diz, no entanto, que o nome teria vindo do nheengatu, uma espécie de dialeto tupi jesuítico, que significa “terra que acaba”, ou seja: “ilha”. Também pode ser se referir à árvore Amapá (*Hancornia amapa*), muito comum na região. Sua seiva é usada como fortificante e estimulador de apetite.

**Pará** – vem da palavra tupi “pa’ra”, que significa “mar”. Esse foi o nome dado pelos índios para o braço direito do rio Amazonas que, ao confluir com o rio Tocantins, se alonga muito parecendo o mar.

**Maranhão** – outro nome com origem controversa. Uma das hipóteses é que venha do nheengatu “Mara-nhã, “outra é que tenha origem no tupi “mbarã-nhana”, que significa “rio que corre”. Outra possível origem está no cajueiro, árvore típica da região conhecida como “marañón”, em espanhol.

**Piauí** – do tupi “pi’awa” ou “pi(‘ra)‘awa”, que significa “piauí, peixe grande”, com “i” (rio). Ou seja, rio das piabas ou dos piaus.

**Ceará** – vem de “ciará” ou “siará” – “canto da jandaia”, em tupi, um tipo de papagaio pequeno e grasnador.

**Rio Grande do Norte** – recebeu esse nome por conta do tamanho do rio Potengi.

**Paraíba** – vem da junção do tupi “pa’ra” com “a’iba”, que significa “ruim, impraticável para a navegação”. O nome foi inicialmente dado ao rio e depois ao Estado.

**Pernambuco** – o nome vem do tupi-guarani “paranambuco”, junção de “para’nã (rio caudaloso) e “pu’ka” (rebentar, furar) e significa “buraco no mar”. Os índios usavam essa palavra para os que furavam a barreira de recifes.

**Alagoas** – deriva dos numerosos lagos e lagoas que banham a região. Só Maceió, a capital, possui 17 lagoas, entre mais de 30 em todo o estado.

**Sergipe** – do tupi “si’ri-i-pe, que significa “rio do siris”.

**Bahia** – deriva da Baía de Todos os Santos, região onde atracou uma esquadra portuguesa em 1º de novembro de 1501, dia dedicado a Todos os Santos. Em 1534, quando o Brasil foi dividido em capitanias, havia uma orientação para que elas fossem batizadas com nomes dos acidentes mais notáveis nos seus territórios.

**Minas Gerais** – a existência, na região, de inúmeras minas com metais preciosos, descobertas pelos bandeirantes paulistas no final do séc. XVIII, deu origem ao nome do estado. O motivo da junção do adjetivo “gerais” para “minas” pode ser por conta dos vários tipos de minérios ou para diferenciar das minas particulares.

**Espírito Santo** – o estado originou-se de uma capitania doada a Vasco Fernandes Coutinho, que chegou à região no dia 23 de maio de 1535, um domingo do Espírito Santo (ou Pentecostes, 50 dias após a Páscoa), razão pela qual a capitania recebeu esse nome.

**Rio de Janeiro** – em 1º de janeiro de 1502, uma expedição portuguesa sob o comando de Gaspar Lemos chegou ao que lhes parecia a foz de um grande rio, denominando o local como Rio de Janeiro, ao que é, na realidade, a entrada da barra da Bahia de Guanabara. ■ (*Galileu*, mar. 2003)

# O Dom da Vida

Pe. Evaristo de Biasi

Se compreendermos melhor o dom da vida, assumiremos com mais responsabilidade as diferentes etapas de nossa existência humana no tempo. A infância, a juventude, a maturidade, assim como a velhice, fazem parte da mesma existência humana de cada pessoa, isto, se tivermos a graça de vivermos mais tempo. O problema maior não se situa nas idades, mas no conceito da vida que possuímos.

Infelizmente, vivemos em um mundo que prioriza mais os valores do relativo, da aparência, do físico, do ter, do poder, do produzir, do econômico, do usufruir, do gozar, em detrimento dos valores essenciais do ser, do existir, do ético, do estético, do belo em si, dos valores do humano e do espiritual. *Diante disto, envelhecer se torna dramático para muitas pessoas.* Na vida nos deparamos com uma multidão de idosos que vivem a dura experiência de uma sociedade que os marginalizou social, afetiva, econômica e espiritualmente, ou, pior ainda, se marginalizam pela falta de um significado maior para sua vida. Não são poucos os que se sentem inúteis ou mesmo um autêntico peso.

Este ano a Igreja Católica nos convida a uma reflexão mais séria sobre a terceira idade, chamando-nos à consciência sobre como vivem nossos idosos, que lugar ocupam em nossa sociedade e famílias, como os valorizamos, acolhemos e amamos. Falo em terceira idade e não em velhice, porque não é tanto uma realidade de uma idade cronológica, mas é mais um estado de espírito. Pois, na verdade, há jovens que são velhos e há velhos que nunca envelhecem.

Graças a Deus, vivemos em um tempo que repensa a presença, o papel e a missão do idoso na sociedade, na Igreja e na família. Entretanto, apesar do muito de bom que já se fez e se procura melhor fazer, infelizmente pesa para muitos ainda a simples ótica econômica, vendo o idoso mais como alguém que produz divisas, já que o número deles cresce sempre mais. Busca-se apenas encher seu tempo com muito lazer, grupos de auto-ajuda, passeios e, para um pequeno grupo que tem recursos, busca-se dar a oportunidade de cultivo e de estudos.

Todos os idosos merecem nossa gratidão, proteção, respeito, lugar e valor. De pouco valerá uma boa reflexão sobre a terceira idade se permanecemos passivos, indiferentes e acomodados diante da grave situação de marginalização a que se encontra uma grande parte dos nossos idosos. As injustiças da ingratidão e do abandono social, econômico, humano, afetivo e espiritual de nossos idosos, mais do que falta de recursos econômicos em si, é fruto da ausência dos verdadeiros valores em nossa sociedade, comunidades e famílias. Por isso mesmo, essa falta de gratidão com nossos idosos pode também acontecer em nossas comunidades religiosas e sacerdotais. Na verdade, é o conceito e o valor da vida que estão em crise. Sem repensarmos o valor do dom da vida, com facilidade a terceira idade é marginalizada, como das outras idades, e isso continuará a acontecer.

A vida é mais que vigor, forma, sucesso, prazer, produção, aparências, dinheiro, idade. A vida é um dom, o maior dom que recebemos de nossos pais e de Deus. São Paulo, ao nos falar do valor de nossa vida em Deus, nos ensina: *“Desde toda eternidade Deus nos pensou, nos chamou à vida, nos fez filhos, irmãos de Jesus, herdeiros e co-herdeiros da eternidade”*.

\*Publicado na revista *Brasil Cristão*, ano 7, nº 68 – março/2003 – páginas 10 e 11.

***Quem não lutar por sua liberdade não a merece.***

Herbert de Souza

**ASPIUFF**  
MAIO 2003 - ANO XI - Nº 4

Publicação do Departamento  
de Difusão Cultural da  
Associação dos Professores Inativos  
da Universidade Federal Fluminense

**Jornalista responsável:**

Neusa Pinto – Reg. MTPS nº 12.255

**Equipe de redação:**

Ceres Marques de Moraes,  
Ana Maria dos Santos e Neusa Pinto

**Data de fundação da ASPI-UFF:**

14 de julho de 1992.

**Sede:**

R. Passo da Pátria, 19 – São Domingos,  
CEP 24210-240 – Niterói, RJ  
Tel.: (21) 2622-9199  
Telefax: (21) 2622-1675

**E-mail:** [aspiuff@urbi.com.br](mailto:aspiuff@urbi.com.br)

**Site:** <http://users.urbi.com.br/aspiuff/>

**Diretoria Biênio 2002/2004**

**Presidente:**

Aidyl de Carvalho Preis

**1º Vice-Presidente:**

Joaquim Cardoso Lemos

**2º Vice-Presidente:**

Lúcia Molina Trajano da Costa

**1ª Secretária:**

Magaly Lucinda Belchior da Mota

**2ª Secretária:**

Léa Souza Della Nina

**1ª Tesoureira:**

Dalva Regina dos Prazeres Gonçalves

**2ª Tesoureira:**

Celina Tavares Coelho da Silva

**Conselho Deliberativo (membros efetivos):**

Sheilah Rubino de Oliveira Kellner – Presidente

Acrisio Ramos Scorzelli – Vice-Presidente

Teresinha de Jesus Gomes Lankenau – 1ª Secretária

Júlia Archontakis

Hilda Faria

Isar Trajano da Costa

Salvador Alves Pereira

Luiz César Aguiar Bittencourt Silva

Jorge Fernando Loretti

Maria Delque dos Santos S. Martins

**Conselho Fiscal (membros efetivos):**

Eduardo Pedreira de Cerqueira – Presidente

Amanda Celeste Pimentel

Ana Pedreira Boechat – Secretária

Maria Therezinha A. Lyra

Nésio Brasil Alcântara

**Departamento de Saúde:**

equipe constituída por:

Maísa F. de C. Araújo

**Departamento de Assuntos Acadêmicos:**

Sonia Maria Silva

**Departamento de Direitos:**

Maria Nazareth Martins Ramos

**Departamento de Difusão Cultural:**

Ceres Marques de Moraes

**Departamento de Integração Comunitária:**

Maria de Lourdes Caliman

**Departamento de Lazer**

**e Promoção Social:**

Respondendo pelo expediente:

Léa Souza

Della Nina

**Projeto Gráfico:**

Cecília Jucá de Hollanda

**Revisão:**

Damião Nascimento

**Serviços Gráficos:**

Gráfica Falcão

**Notícias**

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO  
DOS PROFESSORES INATIVOS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

# A sociedade precisa reagir \*

A história da humanidade tem início quando, levado pelo impulso de registrar sua passagem, o primeiro homem deixou suas impressões na pedra. Materializada sua marca, o homem tornou-se imortal. Passaram-se milhares de anos e outros homens, para perpetuar a vida, usam mágica e plantas para combater a morte. Surge a medicina.

Em algum outro momento, inclina-se um homem sobre o companheiro ferido. Compa-decido, tenta afastá-lo da morte. Surge o primeiro médico. Depois vieram outros. Sua experiência, transmitida por gerações, passa a constituir o atual conhecimento médico.

Da mágica primitiva, das poucas plantas e das toscas manipulações vieram o diagnóstico, a terapêutica clínica e a moderna cirurgia. O sofrimento foi substituído pela anestesia. A evolução tem sido exponencial. Nunca foi possível diagnosticar e tratar com tão grande precisão e eficácia. Dispõe o médico, neste início de século, de recursos inimagináveis há poucas décadas.

Tem-se a impressão de que está próxima a vitória final contra a doença. Mas a eternidade está longe. Abrimos os olhos e encontramos o olhar aflito de milhões de seres humanos, alijados de todo o progresso. Este é o desafio da medicina moderna. Abolir a exclusão.

Os objetivos são definidos, porém nos inspira profunda preocupação a trajetória recente da medicina e dos médicos. A complexidade e o custo da “assistência à saúde” exigiram impor-lhe “organização” empresarial.

A intenção foi facilitar o acesso à assistência. Entretanto, sob o manto da organização, brotaram intermediários. Tais negociantes transformaram a medicina em um negócio qualquer. Os burocratas dos governos passaram a administrar a medicina com um sistema de serviços, despojando-a de suas características fundamentais: livre escolha, relação direta entre médico e paciente e liberdade do exercício profissional.

A confiança e relação direta fazem a mágica, sem a qual não se concebe a medicina verdadeira. Examinar e prescrever sem limitações impostas pelo “negócio” são os ingredientes essenciais da fórmula, que possibilita transferir a ciência médica das estantes das bibliotecas para os doentes. E o negócio alastrou-se. Alcançou o ensino médico, fazendo da universidade uma fábrica de diplomas, ilusões e riscos.

Os exploradores do insucesso traduziram maliciosamente insuficiência do sistema em “erro médico”. Vieram as seguradoras e os “seguros” má-praxis. O negócio, assim, alcançou também os tribunais, indispondo “usuários” e “prestadores de serviços”, visto que hoje pacientes e médicos não se têm. Os pacientes não têm senão planos de saúde ou o Sistema Único de Saúde e os médicos são apenas contratados destes.

Diante desse quadro, cumpre-nos dar o alarme e reagir. Temos de rever os modelos recentemente impostos. Restabelecer as relações de confiança com nossos pacientes. De outra forma, nem haverá médicos, medicina e, muito menos, saúde.

(Galileu, abr. 2003)

## Deputado quer lacre de proteção nas latas de bebidas\*

Projeto de lei do deputado Nilson Mourão (PT-AC) propõe que as indústrias sejam obrigadas a adotar um lacre de proteção nas latas de bebidas. A iniciativa pretende que, no momento do consumo direto da lata, a tampa não seja o condutor de bactérias ou coliformes fecais para dentro do líquido e para o organismo do consumidor. Pelo projeto, as medidas a serem adotadas devem estar em conformidade com regulamentos emitidos pelas autoridades sanitárias que, antes de autorizar sua comercialização, devem submeter o mecanismo de proteção adotado a prévia avaliação. Segundo Mourão, a medida visa proteger os consumidores. Ele destacou a precariedade do armazenamento das bebidas, o que acarreta às pessoas que consomem bebidas usando a própria lata como copo, sérios riscos de saúde. “As pessoas podem estar expostas a doenças como leptospirose, caso as bebidas tenham sido armazenadas sem nenhum cuidado, em locais sujos, com a possibilidade de contaminação por urina de ratos”, lembrou.

\*Publicado através de E-Mail do “*Politicus*”, de 5/4/2003.

## No vestibular, só português e matemática?\*

Essa é a mais nova proposta do ministro Cristovam Buarque para o exame

Renata Cafardo

Não importa o curso, o vestibular abordaria somente português e matemática. Essa é a mais nova idéia do ministro da Educação, Cristovam Buarque, para tentar mudar o processo seletivo nas universidades e faculdades brasileiras. “Quem souber matemática e português aprende qualquer coisa”, disse Cristovam, ontem, em São Paulo. O ministro defenderá essa posição no dia 14, na reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub).

Cristovam entende que, para cursar a universidade, o aluno “não precisa saber tudo de biologia, química ou geografia”. “Isso ele aprende lá dentro.”

Na opinião do ministro, dependendo do curso, a pontuação seria diferente nas provas de português e matemática. “Para quem vai fazer Jornalismo é mais importante português, para quem vai fazer Física, matemática.” A nova idéia seria incorporada ao projeto, também defendido pelo ministro, de uma avaliação ao fim de cada um dos três anos do ensino médio.

Atualmente, os vestibulares das maiores universidades do País exigem o conhecimento geral do aluno, o que inclui questões de todas as disciplinas do ensino médio. A prova de Redação é obrigatória. No entanto, outras avaliações educacionais, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado pelo Ministério, só testa os conhecimentos em português e matemática dos alunos.

As propostas do ministro serão apresentadas aos reitores, mas as universidades têm autonomia para escolher seu processo seletivo.

(O Estado de S. Paulo, 3/4/2003)

## Carta aberta ao ministro da Educação\*

“Venho me manifestar contrário às declarações de S. Ex<sup>a</sup> no jornal *O Estado de S. Paulo* do último dia 3 de abril de 2003. Eu sou o presidente da maior associação de história do Brasil (ANPUH) e professor do Departamento de História da Unicamp e não posso admitir que a universidade pública brasileira possa acolher como seu aluno um candidato que não tenha as mínimas noções de história, de cidadania e visão humanística e também da interdisciplinaridade das ciências. Não vou me estender demais em meus argumentos na defesa da universidade pública, bem como na obrigação de sinalização da importância do conhecimento das humanidades no ensino de segundo grau.

O aluno pretendente à universidade não deve saber tudo de história, geografia etc., mas ele deve ser um cidadão já consciente da importância da história para a preservação da memória da coletividade. Muito me surpreende estas declarações vindas de um ministro de um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Nenhum outro partido se beneficiou tanto da recuperação da história do Brasil como o PT. Durante a ditadura militar, em pleno regime de censura política, a historiografia brasileira e as ciências humanas em geral deram uma enorme contribuição para o resgate das memórias e das experiências de sujeitos sociais que foram silenciados pelo discurso e pela ação repressiva dos poderosos e dos vencedores. Este resgate foi um elemento fundamental para a tomada de consciência de milhares de jovens estudantes secundaristas e universitários que saíram às ruas pelo movimento da Diretas-Já, pedindo o fim do regime militar. Hoje, muito mais do que no passado, os representantes do PT deveriam honrar os compromissos com a sociedade civil brasileira e, através do Ministério da Educação, sinalizar a importância da história para a formação crítica do cidadão e do estudante universitário brasileiro”.

*Prof. Edgar Salvadori de Decca*  
Presidente da Anpuh”

\*Cristovam Buarque

# Homenagem da ASPI-UFF ao DIA DAS MÃES de 2003\*

## Novamente Mãe

*Prof<sup>a</sup> Hilma Ranauro*

*Bem que eu pensava ter experimentado inteiro  
o amor de mãe. Bem que eu pensava.  
Eu bem que acreditava ter vivido tudo  
desse amor: no sentir o filho no ventre,  
e no colo, e no seio; na vigília de noites indormidas,  
pelas febres e cólicas sentidas como se em minha  
carne fossem.*

*Eu que pensava ter vivido a emoção inteira  
de me ver num ser que nascera e se criara  
em mim; eu que me acreditava poderosa e forte,  
pois que forte e poderosa eu era no amor de mãe,  
que suporta e que supera tudo, dobro os joelhos,  
curvo a cabeça, me fragilizo toda, e te recebo,  
pequenina linda, neta em minha maturidade,  
que chega encantando essa minha vida,  
já tão igual, já tão sem mais aquela.  
Eu que pensava ter amado no máximo  
que se pode amar desse incondicional e imenso amor,  
deslumbrada te recebo e te acolho, Isabela,  
e me revejo e me relembro mãe,  
nas fraldas por trocar, e trocar, e trocar,  
no resguardo de dias tão presos a ti,  
no choro da dor que tentamos adivinhar,  
na fortaleza que a tua fragilidade nos traz.*

*Avó, eu me festejo hoje  
na continuidade da minha vida em ti,  
na mãe que em mim renasce,  
e se revela, e se retorna, e se renova.*

\*A professora Hilma é aspiana e antiga professora do Instituto de Letras da UFF.

## Faculdade de Farmácia chega ao Norte do Brasil\* (continuação)

**Horto** – Em outra parte do projeto, a UFF pretende implantar um horto de plantas medicinais. A idéia aproximaria ainda mais a população do meio universitário, pois o indivíduo não seria visto somente como um paciente, mas também como um consultor. A pesquisa com os recursos botânicos utilizados pela população é de vital importância para o projeto, não se restringindo à criação e à manutenção do horto, uma vez que a equipe não precisará de toda flora local, ou definir uma metodologia minuciosa para reconhecimento desta flora.

As plantas utilizadas na região e as espécies de outras regiões, que sofreriam processo de aclimação, seriam distribuídas sob a forma de mudas para os habitantes de locais mais distantes do município de Oriximiná, onde não há nenhum tipo de assistência médica. “A farmácia viva tentaria amenizar a ausência de uma assistência mais qualificada”, idealiza o diretor da faculdade. Há localidades em que a comunicação só é feita de barco, durando dois, até três dias de viagem. Assim, diversas pessoas ficam isoladas, sem assistência médica, e desprovidas de medicamentos. O horto fornecerá um recurso primitivo, apenas distribuindo as plantas utilizadas pelos próprios habitantes e as que já foram estudadas cientificamente.

A última parte do projeto, de cunho essencialmente científico, é a investigação química e farmacológica das plantas medicinais da região. A coleta de dados com pessoas que praticam a medicina popular, como curandeiros, pajés e parteiras, nesta etapa, assume uma importância ainda maior. A partir daí, as plantas serão analisadas quimicamente, e terão sua ação farmacológica avaliada, para que sejam identificadas por um nome científico. As pesquisas provavelmente verificarão que algumas das plantas são inócuas; nas outras, a pesquisa se prolongará até o isolamento do princípio ativo e a confecção dos medicamentos.

Em todas as fases e atividades do projeto está prevista a participação de alunos e professores, que viajarão periodicamente para a cidade paraense. Os professores orientarão os alunos e darão assistência ao profissional que trabalhar na farmácia universitária. “Tirar uma pessoa do Rio e mandá-la para o meio da Amazônia, conhecer lugares e pessoas que ela nunca imaginou que existissem é uma experiência extremamente inteligente”, garante o professor Nikolai. Todo o material químico e farmacológico será examinado pelo Laboratório de Tecnologia de Produtos Naturais, localizado na Faculdade de Farmácia. Esse estudo das plantas medicinais, segundo o professor, “vai incrementar bastante o nosso trabalho”.

O empecilho mais grave para a realização do projeto tem sido a questão referente ao transporte de pessoal e medicamentos. Normalmente é a Força Aérea Brasileira (FAB) quem faz o transporte aéreo até a região. No entanto, os vôos têm pouca periodicidade, o que prejudicaria o abastecimento de remédios. Para resolver isso, a Pós-Reitoria de Extensão estuda com a FAB uma forma de disponibilizar vôos periódicos para Belém ou Manaus, localidades próximas, o que garantiria à população a continuidade dos tratamentos. Além disso, os professores enviados para a região teriam sua programação acadêmica respeitada, fato quase impossível, hoje.

A vontade de ajudar as populações menos assistidas do país, o interesse em mostrar um Brasil inusitado para os universitários da UFF e a curiosidade científica de pesquisar a flora da região justificam todo o esforço da comunidade acadêmica. O professor Nikolai enfatiza a troca de conhecimentos entre os universitários e a população local. O desenvolvimento de uma tecnologia fitoterápica baseada na flora de Oriximiná possibilitará aos habitantes dos mais diversos pontos do país usufruírem as qualidades farmacêuticas dessas plantas. São grandes benefícios para o tratamento de diversas doenças, mas que, até agora, poucos se interessaram em propagar. Entre estes se incluem as indústrias farmacêuticas estrangeiras, que, pela lei, estão proibidas de pesquisar no local. O projeto acaba, assim, ganhando uma outra função, talvez inesperada, ao demarcar a Floresta Amazônica como uma reserva nacional, e ao utilizá-la de modo inteligente. ■

\*Publicado no *Momento UFF*, nº 137, de 4/2002.

## Programa de Ecoeficiência moderniza instalação\*

*Luiza Peluso*

A Universidade Federal Fluminense, por intermédio do Laboratório de Energia dos Ventos (LEV), vinculado ao Programa de Ecoeficiência da UFF, foi contemplada, em terceiro lugar, com recursos provenientes do Ministério da Ciência e Tecnologia – Finep (Fundos Setoriais), destinados a Projetos de Inovação Tecnológica para o Setor de Energia Instalações Públicas. Ao todo, participaram 30 projetos de instalações de ensino superior e centros de pesquisas. A verba, equivalente a R\$ 1,5 milhão, será utilizada na execução de projeto de eficiência energética aliado à melhoria de conforto ambiental universitário.

O programa, coordenado pelo professor Geraldo Tavares, do Departamento de Engenharia Elétrica, já recebeu a primeira parcela dos recursos (R\$ 616 mil), que beneficiará prédios com elevado consumo de energia. Para realizar a seleção interna dos imóveis, foram adotados três critérios: elevado consumo de energia elétrica; possibilidade de usar fonte alternativa de energia; e capacidade de ter as medidas aplicáveis a outros prédios similares.

Após estudar detalhadamente as instalações de energia de cada imóvel e realizar um diagnóstico completo de todos, foram escolhidos cinco deles: Biblioteca Central de Gragoatá, Retoria, Instituto de Física, Bloco C do Campus do Gragoatá e o Restaurante Central. A primeira etapa do projeto será desenvolvida na Biblioteca Central e na Reitoria, cuja segurança está gravemente ameaçada.

Segundo Tavares, serão aplicadas medidas diversas de acordo com a necessidade de cada prédio. Por exemplo, no Restaurante Central, que fornece três mil refeições diariamente, será implantado projeto para uso de energia solar para aquecimento de água. A biblioteca necessitará de adequação arquitetônica – colocação de divisória –, a fim de melhorar a iluminação sem que haja prejuízo em sua arquitetura moderna. Os aparelhos de ar-refrigerado da Reitoria e demais prédios deverão ser trocados por outros mais econômicos e eficientes, com selo da Procel.

A equipe responsável pelo projeto é composta pelos professores Geraldo Tavares, Paulo Duailibe, Luiz Carlos Xavier, Josef Perecmanis, e Luiz Sérgio Timóteo da Costa; os funcionários Clínio Freitas e Waldemir Sodré; o gerente técnico Alexandre Rigueira, além de nove estagiários de Engenharia e de Arquitetura.

O LEV tem, há três anos, um sistema de medição e gerenciamento de energia, que consiste em analisar as medidas físicas que podem ser implementadas para racionalização do uso de energia, de emprego de fontes renováveis de energia (solar) e conforto ambiental. Atualmente, o programa conta com apoio financeiro de três grandes instituições: Aneel – Concessionária de Energia, Finep – Fundos Setoriais e Eletrobrás – Procel.

# MITOS DA PREVIDÊNCIA

Jandira Feghali\*

O sistema previdenciário brasileiro foi construído em muitas etapas, com acúmulo de conquistas e erros. Atingiu no texto constitucional o objetivo de apontar a Previdência como um sistema de proteção social solidário, com olhar para atuais e futuras gerações, estabelecendo que a aposentadoria deve ser um direito a ser usufruído com qualidade de vida e tranquilidade após interrupção da atividade laboral. São quatro os argumentos que têm retirado da análise a devida transparência e verdade. Primeiro, a urgência da reforma previdenciária, sem o que afirma-se ser impossível sairmos da crise econômico-financeira.

Sabe a sociedade que as razões estruturais que nos levaram à atual situação nada têm a ver com as regras previdenciárias. A lógica que balizou a economia na última década vendeu ao povo brasileiro, inebriado pela inflação zero, a ilusão de investimentos produtivos do capital externo, determinou falsa paridade cambial, juros altos, quebra do parque produtivo e falências. O dramático resultado já conhecemos e acabamos de rejeitá-lo nas urnas. A farra lucrativa de poucos grandes bancos choca a sociedade no contraponto de sua miserabilidade.

A seguridade social tem sido um dos poucos sustentáculos da renda familiar. Um forte instrumento dos brasileiros contra a onda liberalizante da economia e dos direitos sociais. Tem sido a seguridade vítima dos pilares econômicos atuais, já herdados dos últimos dez anos, como fonte ilegal e ilegítima de constantes desvios promovidos oficialmente, para compor o chamado superávit fiscal. Aí sim, é dada a necessidade urgente de impedir que o valor cada vez mais aviltado dos benefícios previdenciários, seja suporte dos lucros financeiros. A segunda argumentação recai sobre a situação de iminente falência da Previdência. Nova inverdade. Apesar da voracidade do governo anterior em servir ao capital financeiro e não cumprir a sua parte do orçamento fiscal na composição do orçamento global da seguridade social, em 2002, ela apresentou um superávit de 48 bilhões de reais, de acordo com o Siaf. E continua superavitária, mesmo computando todos os gastos com o regime dos servidores. A análise dirigida de receita e gasto no regime próprio dos servidores civis aponta tendência de curto prazo de um crescimento mínimo de gastos com pessoal ativo e inativo e redução do chamado déficit específico frente ao PIB. Mesmo nos entes federativos, qualquer análise de mudança requer calma, na medida em que as alterações aventadas aumentarão brutalmente o desequilíbrio de seus caixas de previdência. A terceira argumentação, uma verdadeira armadilha, é confundir direitos com privilégios. Privilégios são indefensáveis e devem ser enfrentados com a força da decisão política e utilizando-se do arcabouço de leis já existentes e até mesmo com as alterações legais que se fizerem necessárias para balizar decisões judiciais e administrativas.

Por último vem o argumento de que os regimes de capitalização são formadores de poupança nacional, principalmente quando os fundos limitam-se ao mercado privado, cujos compromissos não são necessariamente com o Brasil, nem com o setor produtivo. O mais grave é não permitir ao poder público o comando dos investimentos.

Queremos debater direitos, deveres e os ajustes necessários. No regime geral, as mudanças devem ocorrer para incluir quem está fora. Geração de empregos formais, crescimento da economia e

estabelecimento de critérios mais acessíveis à população de baixa renda. Definir o índice de ajuste das aposentadorias e repensar o teto de contribuição e benefícios, que deve ser aumentado e referenciado em número de salários-mínimos. Ampliaríamos, assim, receita pública e diminuiríamos os riscos destes direitos, se jogados no mercado.

O regime próprio dos servidores deve ser tratado no âmbito conceitual, qual seja, a reconstrução do Estado Nacional. O servidor público não é um servidor dos governos, senão do povo, através da sua vinculação ao Estado. A carreira pública enseja especificidades bastante diferenciadas do setor privado.

Ser servidor público é uma opção de vida, que precisa de estímulo e garantias para o percurso e final da carreira. Maus serviços ou maus funcionários devem ser tratados com o rigor que uma administração paga pela sociedade deve ter. A reconstrução deve considerar a reestruturação de um quadro funcional próprio estimulado e valorizado, cumpridor de sua missão de bem atender a sociedade nos setores estratégicos. Isto resultará em aumento de receita para a sustentabilidade das aposentadorias e pensões.

Com fontes diferentes de custeio e importantes diferenças na relação com o Estado, a unificação dos regimes público e privado carece de sustentação política, jurídica e atuarial. O direito à aposentadoria integral obriga a contribuição dos servidores sobre o total dos vencimentos. Importante fonte de receita para o caixa público, na medida em que 60% dos servidores ganham abaixo do teto definido para o regime geral privado e os que ganham acima se limitados, além de nivelados em patamar inferior, deslocariam esta receita para o mercado financeiro privado, retirando o aspecto solidário desta contribuição aos atuais inativos e pensionistas. Os donos das instituições financeiras aguardam por este público com razoável estabilidade de emprego. Sem contar que levariam aos entes públicos federal, estaduais, municipais e distrito federal o imediato desembolso de recursos para o INSS, como empregadores, e aos bancos, como patrocinadores, aumentando o divulgado déficit e quebrando vários destes entes. Preocupa-nos a repercussão dessas alterações sobre o Regime Geral, que não será preservado quando não houver qualquer sustentabilidade para o passivo do regime próprio, achatando ainda mais o teto e o valor dos benefícios. Ou seja, desmontamos os dois.

Ajustes podem e devem ser feitos, averiguando novos e maiores prazos de carência, valor das contribuições, critérios e regras contidas no regime dos militares, que têm suas especificidades. Se queremos discutir poupança nacional via fundos de pensão, instituímos a previdência complementar pública com critérios democráticos, responsáveis e transparentes de gestão. Nenhuma reforma deve ser feita sem que interrompamos a lógica que fundamentou as ações dos governos anteriores. Faremos as mudanças necessárias, desde que sejam sustentadas nos pilares de fortalecimento da Previdência pública, inclusão dos que hoje estão fora da proteção social, e reconstrução do Estado Nacional.

\*Deputada federal pelo PCdoB. Fonte: *O Globo*.

# Notas e Comentários

## Novos associados

Jorge Rodrigues de Mendonça Fróes, Alex de Castro Bastos e Sonia Regina de Mendonça: como foi bom vocês participarem desta nossa família!  
Sejam bem-vindos à ASPI-UFF.

## Correspondência recebida

Do Prof. Alberto Furtado Grabowsky, agradecendo os cumprimentos enviados pela ASPI-UFF, pelo seu aniversário.  
Foi um prazer externar a nossa satisfação pela data.

## Chá Beneficente com sorteio de prêmios

Como já noticiado, será realizado no dia 5 de maio próximo o primeiro Chá Beneficente do corrente ano.

Como das vezes anteriores, o local escolhido é a bela sede da Casa da Amizade, situada na rua Murilo Portugal, nº 1130, Charitas, Niterói.

Adquira o seu convite (R\$ 10,00) na sede da Aspi (Rua Passos da Pátria, 19) ou com as patronesses ou aspias que habitualmente realizam essa tarefa.

Compareçam! Certamente será uma tarde muito agradável!

## Exposição e Curso de Patchwork

Como anunciado, foi realizada na sede da ASPI, entre os dias 1 a 3 de abril, a exposição de trabalhos de "patchwork" e programada com o objetivo de motivar interessados nesses tipos de artesanato.

O curso já teve início no final do mês de abril. Os interessados podem ainda procurar a responsável pelo mesmo: Profª Nazareth.

## O café da manhã de 25.3.03

Os objetivos do Projeto Reencontro Integração e Participação foram testados com sucesso por ocasião da realização do Café da Manhã, levado a efeito nessa data, quando foram homenageados os professores aposentados originados das áreas de Ciência da Informação, Arte e Comunicação Social. Foi com muita satisfação que a Diretoria da ASPI recebeu um numeroso grupo de professores

dessas áreas, dando ensejo a muitos momentos de confraternização, de reencontro e de integração entre todos os presentes. Após o Café, os pronunciamentos iniciados pela Profª Aidyl de Carvalho Preis, presidente da ASPI-UFF, seguido dos vários convidados, fizeram com que diversos fatos ocorridos a partir da década de 1960 fossem lembrados por muitos, com alegria e saudades, como a criação dos cursos da área, a primeira direção administrativa da Unidade, a prioridade das instalações iniciais etc. O Prof. J.P. Esposel se manifestou, na ocasião, com a sugestiva trova, de um autor turco:

*Se eu não arder  
Se tu não arderes  
Se nós não ardemos  
Quem vencerá as trevas?*

## Aniversário de Teresinha de Jesus Gomes Lankenau



No dia 3 de abril, nossa amiga Teresinha Lankenau tornou-se um ano mais experiente. A comemoração deu-se no salão de festas de seu prédio no dia 5 do mesmo mês. A Festa, um almoço dançante, contou com a presença de mais de 80 convidados entre familiares, alunas do curso de dança e parte da Diretoria da ASPI-UFF, além de três professores de dança.

Foi uma tarde muito agradável, com muita fartura e animação. Quase todas as atuais alunas do curso de dança compareceram e foi a oportunidade de rever algumas que, por motivos de força maior, não estão mais no nosso convívio

semanal. A festa marcou a volta de Antônia, depois de sua chegada dos Estados Unidos, onde até prêmio ganhou por suas "peripécias dançantes" e foi o baile de debutante de Fany. Poderíamos aqui destacar a elegância da aniversariante, a aula de Cha Cha Chá que Victória deu, animação de Déa ou o maravilhoso Tango dançante por Maria, mas cairíamos no lugar-comum... O grande destaque da festa foi Alaíde, que roubou a cena já totalmente recuperada de uma recente e grave crise de depressão. É bom saber que a velha (no bom sentido) e animada Alaíde está de volta!

## Almoço de Confraternização

Primeira 5ª-feira do mês. Início: 12h

MÊS	DIA
Maio	8
Junho	5
Julho	3
Agosto	7
Setembro	4
Outubro	2
Novembro	6
Dezembro	11

## Reuniões do Conselho Fiscal Ano 2003 (Mensais)

Última 4ª-feira do mês. Início: 9h30

MÊS	DIA
Maio	28
Junho	25
Julho	30
Agosto	27
Setembro	24
Outubro	29
Novembro	26
Dezembro	17

## Aniversariantes do Mês



## Maio

### PARABÉNS!

- Zelio Costa
- Maria Lucília Barbosa Quaresma  
Maria Lina Bravo
- Clarimesso Machado Arcuri  
Maria Thereza dos Santos Peçanha  
José Carlos da Silva
- Eneas Marzano  
Celina Tavares Coelho da Silva
- Luiz Ferreira da Silva
- Jesse Cortines Peixoto
- ro de Alencar  
da Vaz
- ctoria Massa da Costa  
n de Souza Barros  
lotta Monteiro  
Nelly Nataroberto  
parecida T. T. O. Venturini

- Wilson Bastos Lagalhard  
José Luiz Padilha Martins
- Anna Pedreira Boechat
- João Baptista Guesdes e Silva  
Leila Ferro e Silva
- Acrisio Ramos Scorzelli  
Nelson Jardim Vieira  
Maria de Lourdes Gueiros Machado  
Celia Maria Silva de Bragança  
Stella Maria Pereira de Gregório
- Walker Andre Chagas  
Sonia Regina de Mendonça
- Ary Loureiro Acciolly
- João Paulo da Silva Fretz  
Ataliba Vianna Crespo
- Maria Ignez Medeiros de Figueiredo
- Osmar Moura da Costa

- Sylvio Thales Torres  
Edson Nogueira Paim  
Rui Capdevile
- Maria Wanda Oliveira Maulde Andrade
  - Regina Célia Elia de Souza Pereira
  - Maria Lucia Nossar Simões de Dalgo  
Nelly Leite Bittencort  
Rachel Soihet  
José Leonardo M. Demetrio de Souza
  - Lisette Pessoa Gomes da Cruz  
Ronaldo do Livramento Coutinho
  - Eni Pinto dos Santos  
Marcos Raimundo Gomes de Freitas  
Regina Helena Cezar Maldonado
  - Arleziene Rosa de Oliveira  
Paulo Henrique Borges de Campos